

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
HUMANAS DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA MONOGRAFIA**



**De Hobbes a Kant: Uma análise acerca do impacto do avanço civilizatório na  
moralidade humana**

**Autor: Marcus Vinícius dos Santos Nunes  
Prof. Orientador: Alexandre Hahn**

**Brasília, 26 de junho de 2023**

**Universidade de Brasília**

**Marcus Vinícius dos Santos Nunes**

**De Hobbes a Kant: Uma análise acerca do impacto do avanço civilizatório na moralidade humana.**

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Alexandre Hahn

Brasília, 26 de junho de 2023.

Marcus Vinícius dos Santos Nunes

De Hobbes a Kant: Uma análise acerca do impacto do avanço civilizatório na moralidade humana.

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Hahn

Aprovado no dia: 24/07/2023

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Alexandre Hahn

---

Isabella Cohen Valeriano Oliveira Holanda

## **Resumo**

O presente trabalho pretende abordar os avanços civilizatórios e os seus impactos perante a moralidade humana. Trataremos acerca dos seguintes filósofos: Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant. A análise do trabalho a seguir ocorre a partir da leitura de algumas obras destes referidos filósofos: O Leviatã, Do contrato social, A origem e o fundamento da desigualdade entre os homens, Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita e começo conjectural da história humana. Obras estas que possuem como tema recorrente o avanço da civilização e a abordagem acerca da moral e forma de agir humana.

**Palavras-chave:** Kant, Hobbes, Rousseau, Moral, Civilização.

## **Abstract**

The present work intends to address the civilizing advances and their impacts on human morality. We will deal with the following philosophers: Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau and Immanuel Kant. The analysis of the following work takes place from the reading of some works of these philosophers: The Leviathan, The social contract, The origin and foundation of inequality between men, Idea of a universal history from a cosmopolitan point of view and conjectural beginning of human history. Works that have as a recurring theme the advancement of civilization and the approach to morality and human behavior.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	6
<b>Capítulo 1</b> .....	9
Hobbes e o estado de natureza .....	9
Rousseau e o Contrato Social.....	17
Rousseau e o impacto da civilização na moralidade humana .....	21
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	28
Kant e a civilização cosmopolita .....	28
Uma comparação entre os indivíduos em Hobbes, Rousseau e Kant .....	33
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	39
Impactos e influências da moralidade nas civilizações contemporâneas .....	39
<b>Conclusão</b> .....	41
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	44

## Introdução

A evolução humana é constante, e através dela os indivíduos obtiveram a capacidade de agir e pensar sobre preceitos morais, preceitos esses que se modificaram em todo momento do percurso histórico e só pararão com o fim da humanidade. A discussão acerca da moralidade humana é conceito essencial dentro da ética, estudo esse que aborda a forma com que os humanos se comportam e agem dentro da sociedade.

A moral do indivíduo se modificou diversas vezes ao longo do percurso histórico, principalmente após a ascensão da sociedade civil e do momento que o ser humano deixou de viver de forma nômade e solitária, para habitar entre seus semelhantes e ter posse de sua própria moradia.

O advento das civilizações transformou o indivíduo de formas inimagináveis, desde sua relação com seus semelhantes até a forma com que o mesmo enxergava a sua própria existência, passando a fazer parte de grupos de uma forma direta e se sentir como uma verdadeira engrenagem de um grande relógio que nunca para de correr.

Esse sentimento de pertencimento que surgiu no indivíduo civilizado, lhe possibilitou desfrutar de diversos sentimentos e modificar sua forma de agir e pensar dentro de um grupo social, sendo muitas vezes influenciado e tendo sua moralidade alterada pela presença de outros indivíduos e organizações que através de forças externas, modificaram diretamente a moral humana.

A discussão acerca da civilização é de extrema importância na sociedade em que estamos inseridos, afinal, somos diariamente introduzidos a relações que reforçam a importância da participação de cada indivíduo em processos políticos, sociais, culturais, éticos e afins.

Entender o nosso papel dentro da sociedade civil, é perceber a influência e a força que a vida em civilização tem para alterar nossa forma de agir e pensar como indivíduo que está a todo momento presente em relações e situações de vida pública, por isso, é primordial pensar de forma crítica acerca de grupos e instituições que estejamos inseridos, pois esses impactam diretamente na nossa moralidade.

Neste sentido, as civilizações se deram de formas distintas ao longo do percurso histórico, contudo, nessa monografia temos como objetivo principal abordar

a influência das mesmas em relação aos indivíduos dentro de três pensadores da moral e da sociedade civil.

Hobbes, Rousseau e Kant. Cada um deles vê a moral e a influência das civilizações sobre a mesma de formas diferentes, contudo, existe um ponto principal que todos entram em consenso, a importância da razão no exercício da moral e da ética humana.

Nos casos de Rousseau e Kant, apenas doze anos separam o nascimento dos dois, por isso, podemos estudar obras em que ambos comentam e respondem um ao outro. Hobbes por outro lado teve seu nascimento cerca de cento e cinquenta anos antes de ambos, logo, é perfeitamente entendível imaginar que Rousseau e Kant conheciam e foram influenciados por suas obras, o que realmente aconteceu.

Analisar a ética humana é um estudo complicado, afinal, os indivíduos são extremamente subjetivos e possuem diversas motivações e desejos que podem influenciar suas percepções e mudar todo e qualquer tipo de ideia pressuposta sobre determinados assuntos.

Quando falamos acerca de motivações e desejos individuais lidamos com o mais íntimo do ser humano, aquilo que o atrai e o faz acordar todos os dias em busca de realizar suas vontades e de satisfazer suas paixões mais profundas, por isso, é necessário ter cuidado ao analisar determinadas ações e atitudes de indivíduos que podem estar sendo influenciados pelos seus sentimentos mais intensos.

Todos esses pressupostos são dados quando analisamos um indivíduo dentro de uma comunidade de pessoas e grupos sociais que modificam a sua forma de pensar, contudo, como poderíamos imaginar as ações do sujeito caso o mesmo estivesse isolado da sociedade e tivesse apenas a si mesmo para fundamentar suas percepções e julgamentos?

Primeiramente, falaremos acerca do indivíduo e da forma com que o mesmo é influenciado e tem suas ações e pensamentos modificados pelo ambiente em que está inserido, seja esse um cenário primitivo ou uma posição de civilização e modernidade. Independentemente da circunstância em que o indivíduo está inserido, é importante refletir acerca das atitudes realizadas por ele.

O conceito do indivíduo se interligará posteriormente ao conceito da moralidade, ditando a forma com que o ser vai agir e se postar caso esteja ou não

sendo influenciado pelo meio ou por outros fatores externos ou internos como a opinião pública, o desejo e as suas paixões individuais.

Neste sentido, este trabalho tem como intenção principal discorrer acerca do indivíduo como agente moral que tem suas ações constantemente vigiadas e observadas por ele mesmo, através da racionalidade, ou por outros indivíduos, através dos julgamentos externos.

Também relacionado a isso, temos o conceito de civilização. Momento esse em que o indivíduo passou a conviver em sociedade e se encontrar constantemente com seus semelhantes, passando a ser necessário desenvolver outras habilidades que não eram requeridas ao viver como selvagem. Essa necessidade de socializar e conviver com outros indivíduos trouxe certas dificuldades ao ser, não só pelas circunstâncias retratadas na vida em sociedade, como pelo comportamento imprevisível daquele que está ao seu lado

Sendo assim, no primeiro capítulo teremos como foco tanto Hobbes como Rousseau. Em ambos serão discutidos os conceitos de civilização e natureza, contudo, diferenciando o método com que os mesmos entendem a forma que o indivíduo e o ambiente funcionam e impactam a moralidade.

Como ambos são contratualistas, perceberemos uma certa semelhança na forma em que os mesmos enxergam a mudança do estado de natureza para a sociedade civil, porém, é divergente a forma com que eles veem a reação do indivíduo a estas circunstâncias que está sendo submetido.

No segundo capítulo, teremos como foco principal Kant e a moralidade, explicitando suas ideias acerca da civilização e da moral humana, principalmente quando o indivíduo está submetido a situações em que precisa fazer o uso da racionalidade para tomar a melhor decisão e agir da melhor forma possível.

Na ética kantiana é extremamente importante a ideia de autonomia, por isso, o indivíduo é livre para agir e conduzir suas ideias da forma que achar conveniente, porém, Kant explícita a necessidade do ser agir de acordo com a moralidade humana, moralidade essa que é exercitada e contestada a todo momento pela sua própria razão.

Por fim, no terceiro capítulo teremos uma breve discussão acerca da moralidade e suas mudanças que alteraram a forma de pensar e agir do ser nos



últimos séculos. Apesar disso, teremos uma ênfase maior as mudanças que ocorreram a partir da vida contemporânea e atual a qual nos encontramos.

## Capítulo 1

### Hobbes e o estado de natureza

Para introduzirmos Hobbes, é interessante abordar a forma com que o mesmo lida com a questão da civilização. Na obra hobbesiana, o estado de natureza nada mais é que um estado de guerra, ou seja, uma posição de todos contra todos. Mas o que seria esse dito estado?

O mesmo pode ser caracterizado com uma posição pré-civilizatória, onde os homens vivem coletivamente, mas sem um conjunto de leis civis que possam os reger e sem um soberano ou governante que os comandem, permitindo assim que cada um viva sobre seu próprio conjunto de leis individuais.

O grande problema que é ocasionado em consequência disso, é que cada indivíduo pode conviver sobre um conjunto de leis e noções diferentes, que pode vir a causar diversos conflitos. Por exemplo, caso uma família viva sobre preceitos religiosos diferentes de uma outra, isso pode causar um conflito entre elas.

Até mesmo fora da esfera familiar, se um homem se sente ameaçado por outro em determinado lugar, o mesmo pode utilizar da lei da natureza para se proteger da forma que achar necessário, causando danos a outrem.

Isso acontece, pois, a partir do momento que um homem vive dentro do estado de natureza, pode utilizar da força e da autoridade que o mesmo julgar necessário para proteger e conservar sua própria vida. Sendo assim, o estado de natureza é um grande estado de guerra para Hobbes pois todos querem preservar os seus direitos individuais e se protegerem uns dos outros, logo, caso precisem utilizar da força, não abdicarão disso.

Sendo assim, a civilização da qual falaremos a seguir, é essencial para Hobbes pois a mesma cessa com os vícios e vontades individuais que o ser humano possui a todo momento, além de dar fim ao estado de conflito que ocorre decorrente da lei de natureza.

Primeiramente, para marcharmos do estado de natureza até a vida civilizada, devemos nos voltar aos indivíduos. Isso acontece, pois todos eles precisam abdicar do poder executivo da lei de natureza, ou seja, é necessário que haja um consenso e

que todos aceitem que a vida em civilização é superior ao estado natural, renunciando de todos os direitos que lhe eram concedidos durante a lei de natureza e os repassando a um terceiro, o soberano.

Este governante supremo, nada mais é que uma autoridade absoluta que teve seu poder concedido por todos os seus súditos, que cansados de viverem num estado de conflito constante, abdicaram de seu poder da lei de natureza e os transferiram para um soberano que tivesse poder total para proteger e prosperar toda a sociedade, tomando as melhores escolhas possíveis.

Este soberano tem poder absoluto, podendo julgar ou reconhecer qualquer súdito como juiz de qualquer questão que se dê dentro da civilização, desde casos triviais até questões como assassinatos ou traições.

Os súditos, por terem abdicado de seus direitos individuais, devem seguir as leis civis impostas pelo soberano, mesmo que considerem injustas, pois caso contrário, serão punidos prontamente pelo governante.

Este conjunto de leis, pode ser instituída tanto pelo soberano quanto por uma assembleia soberana, que se equipara ao mesmo.

Também é interessante frisar, que os direitos dos súditos são principalmente serem protegidos e terem abrigo por parte do soberano, porém, também possuem um dever fundamental que é de sempre preservarem a sociedade civil, ou seja, se fizerem parte ou incentivarem qualquer tumulto ou motim contra o soberano e forem descobertos, serão punidos.

Isso acontece pois todos os súditos devem temer a volta ao estado de natureza, visto que o mesmo é incerto e violento e coloca em risco toda a vida coletiva, diferente da existência civilizatória, onde apesar dos súditos abdicarem do seu direito de executarem a lei natural, são constantemente protegidos pelo soberano e por todo o governo absoluto.

Portanto, é possível afirmar que o advento da civilização é benéfico para todos os indivíduos envolvidos, afinal, aquele que prefere a guerra do que a paz está indo contra o princípio principal de autopreservação e de conservar a si mesmo e a aqueles que ama.

“O homem é o lobo do homem”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> A famosa citação de Hobbes, explicita a necessidade de um governante soberano e de leis que imponham ordem ao indivíduo, do contrário, toda a existência humana passa a se resumir em conflitos e numa guerra de todos contra todos.

---

Hobbes lista em sua principal obra, “O Leviatã”, dezenove leis da natureza que devem ser seguidas pelos indivíduos, com o objetivo principal da busca a paz e da fuga ao conflito que persiste eternamente no estado de natureza, porém, nessa monografia citaremos apenas as dez primeiras.

A primeira e mais importante lei da natureza é a seguinte:

“Que cada homem deve esforçar-se pela paz, na medida em que tem esperança de obtê-la, e, se não puder obtê-la, pode procurar e usar todos os recursos da guerra.” (HOBBS, 1651, p. 113)

A primeira lei da natureza busca elucidar o objetivo principal de um indivíduo dentro do estado de conflito, afinal, é dever de todo ser buscar a paz e a preservação de si próprio e de sua família, porém, caso não seja possível, o mesmo pode e deve usar de todos os artifícios para assegurar a própria vida dentro de um estado de guerra.

Esse estado conflituoso é constante, pelo motivo de que todos os indivíduos estão sempre desconfiados uns dos outros, logo, a circunstância que se desenha é a de uma guerra fria, onde cada sujeito tenta antecipar o passo do outro, porém, todos tem esse mesmo pensamento.

Desta lei, deriva a segunda:

Que um homem concorde, quando outros também o façam, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para a defesa de si mesmo, em resignar ao seu direito a todas as coisas, contentando-se em relação a outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo. (HOBBS, 1651, p. 113)

Neste caso, temos uma situação em que Hobbes afirma que para alcançarmos a paz, é necessário que todos os indivíduos renunciem ao direito irrestrito de usarem de todos e quaisquer meios possíveis para se preservarem, firmando um pacto entre todos os homens.

---

Contudo, caso apenas um único homem dentre uma imensidão de indivíduos discorde de algo e não adentre ao pacto, ninguém mais pode fazer parte do mesmo, afinal, todos se enquadrariam em uma posição inferior ao ser que esteve em discordância com o acordo, se colocando em risco e atentando contra a própria preservação.

Por isso, apesar do homem ter como dever presar pela paz, o sujeito nunca deve agir ou concordar com circunstâncias que o coloquem em estado de risco, seja por desfavorecimento ou desvantagem em relação a outro indivíduo.

Disto se segue a terceira lei:

“Que os homens cumpram os pactos que celebrarem.” (HOBBS, 1651, p.124)

Desta imposição, conseguimos retirar o seguinte: O cumprimento dos pactos é essencial para a manutenção da paz e fuga ao estado de natureza, do contrário, retornamos ao estado de desconfiança e constante conflito que faz parte da vida fora da civilização.

Disso se desencadeia um problema, afinal, o indivíduo precisa estar disposto a abrir mão de suas vontades e desejos individuais para adentrar o contrato, porém, a natureza egoísta do ser humano pode atrapalhar o acordo caso alguma pessoa resolva ferir o mesmo, dando fim imediatamente a qualquer contrato.

Disto, percebemos o conflito interno no qual o indivíduo está inserido a todo momento. De um lado, temos os prazeres e vontades que as paixões individuais fornecem ao ser humano, no qual são extremamente prazerosos e satisfatórios, contudo, de formas superficiais e momentâneas. Por outra perspectiva, temos o que a razão fornece ao ser, ações e atitudes que muitas vezes se mostram como complexas, mas que possibilitam usufruir do verdadeiro bem, que se mostra a longo prazo como superior a simples satisfação que é trazida pela realização de desejos individuais.

Segue-se a quarta lei:

“Quem recebeu benefício de outro homem, por simples graça, deve se esforçar para que o doador não venha a ter motivo razoável para se arrepender da sua boa vontade.” (HOBBS, 1651, p. 130)

Esta lei, fala basicamente de gratidão e da boa relação entre os indivíduos que façam parte do pacto. Por esse motivo, é de suma importância que ao ser beneficiado por outro homem, o sujeito faça o possível para demonstrar agradecimento e evitar ao máximo o arrependimento da parte que cedeu determinado favor, pois isso afasta as boas atitudes e o caminho até a paz.

A quinta lei da natureza, Hobbes denomina como complacência:

“Cada homem deve se esforçar por se acomodar com os outros”. (HOBBS, 1651, p. 130)

Ao pesquisarmos rapidamente o significado da palavra complacência, chegamos na seguinte definição:

“Tendência usual para concordar com outra pessoa, buscando agradá-la ou tentando ser agradável.”<sup>2</sup>

Hobbes nomeia a quinta lei como complacência pois prega que devemos buscar sempre estar em harmonia com os outros indivíduos do pacto, evitando conflitos.

Isso impede futuras discussões e tensões que possam prejudicar o trato e a manutenção da paz, por isso, ser complacente nesse caso é abdicar de muitas paixões particulares em prol do bem coletivo e da conciliação entre todos os indivíduos pertencentes ao acordo.

Procede-se a sexta lei:

“Como garantia do tempo futuro. Que se perdoem as ofensas passadas.” (HOBBS, 1651, p. 131)

---

<sup>2</sup> Dicio, Dicionário Online de Português, o maior e mais completo dicionário da web, 2009. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/complacencias/#:~:text=Significado%20de%20complacência,comportamento%20baseado%20nessa%20tendência%3B%20gentileza.>>. Acesso em 22/05/2023. Sem autor: Significado de Complacências.

Esta lei se interliga diretamente a lei anterior, afinal, estar em harmonia com todos os indivíduos do pacto também é perdoar e esquecer de conflitos e situações ruins que ocorreram em um tempo passado.

Neste caso, perdoar é mais que uma simples decisão pessoal, mas uma escolha que protege e conserva a paz coletiva e evita confrontos que possam trazer à tona a preocupação do estado de natureza.

---

Seguimos para a sétima lei:

“Que na vingança, os homens não olhem à importância do mal passado, mas só a importância do bem futuro.” (HOBBS, 1651, P.131)

Neste caso, Hobbes defende que nenhuma punição deve ser aplicada observando algo anterior, mas sempre o futuro, ou seja, quando se pune buscam-se objetivos básicos como dar-se o exemplo para os outros indivíduos e corrigir certas atitudes que destoam daquilo que se procura numa civilização.

Além disso, punir observando o passado é uma questão puramente pessoal, que entra em discordância com a sexta lei de perdoar ofensas passadas, contrariando diretamente a lei principal de preservação da paz.

A oitava lei é a seguinte:

“Que ninguém por atos, palavras, atitude ou gesto declare ódio ou desprezo pelo outro”. (HOBBS, 1651, p.132)

Neste caso, cada indivíduo deve respeitar e evitar a ofensa aos seus semelhantes, afinal, todos os indivíduos são iguais dentro do estado de natureza, por isso, ofender e agredir outro semelhante pode causar revolta e conflitos desnecessários para a civilização.

Em adição a isso, Hobbes esclarece que existem ofensas que são feitas com o simples intuito de agredir, porém, algumas dessas agressões são proclamadas com a intenção de declarar superioridade sobre o outro, e essas recebem um nome, sendo chamadas de *contumélia*, que se interligam diretamente com a nona lei:

“Que cada homem reconheça os outros como seus iguais por natureza”.  
(HOBBS, 1651, p. 132)

No estado de natureza os homens são estritamente iguais, pois por mais que existam diferenças significativas em questões físicas e mentais entre cada indivíduo, a circunstância caótica torna impossível fazer previsões a longo prazo, colocando homens fortes e fracos, cientistas ou trabalhadores rurais, altos ou baixos, todos em pé de igualdade.

A vantagem que pode ser adquirida através da força bruta de um único indivíduo cai por terra quando é impossível prever se os mais fracos usarão de ferramentas para se protegerem a curto prazo, ou até mesmo de alianças repentinas para derrotarem um perigo constante que surge com um ser fisicamente superior a todos os outros.

O mesmo pode se observar em um indivíduo que tem como ponto forte o intelecto, já que em situações normais o mesmo teria vantagem por sua grande inteligência, porém, o estado de natureza é tão urgente que impossibilita que pessoas mais dotadas de capacidades mentais possam exercitar suas percepções, as colocando em igualdade com pessoas teoricamente inferiores intelectualmente.

Contudo, dentro do cenário da civilização, pessoas com maior capacidade de prevenção e prudência podem se sair melhor que indivíduos que não possuem estas habilidades, afinal, este panorama possibilita que os seres tenham mais controle e domínio sobre aquilo que estão vivenciando.

Neste caso, Hobbes argumenta que os indivíduos podem sim estar em desigualdade dentro de uma civilização, afinal, pessoas mais prudentes sempre estarão na frente de indivíduos precipitados, contudo, mesmo o ser mais miserável dentro de uma sociedade estará seguramente em vantagem sobre todas as pessoas que vivem em igualdade num estado de natureza, afinal, estas vivem em constante circunstância de conflito e atenção.

Por fim, chegamos à décima lei, que fala contra a arrogância:

“Que uma vez aceitas as cláusulas da paz ninguém exija reservar para si um direito que não aceite seja também reservado para qualquer dos outros”. (HOBBS, 1651, p. 133)

Nesta lei, Hobbes fala de direitos que todos os seres devem possuir mesmo ao abdicarem da capacidade absoluta que possuem no estado de natureza, como usufruir da água, do movimento, de possuírem o próprio corpo e afins. Basicamente, coisas que não seriam possíveis de viver sem, ou ao menos dificultariam muito a existência do indivíduo.

Contudo, caso o ser faça alguma exigência para si que não aceita para outro, estaria agindo contra a nona lei da natureza, que proclama a igualdade entre todos os homens.

É importante observar como as leis criadas por Hobbes se interligam, e principalmente como a quebra de qualquer uma delas pode pôr fim ao acordo e colocar tudo a perder. Por isso, firmar um pacto social é mais do que simplesmente concordar, mas também é se responsabilizar e garantir a manutenção da paz a todo custo, abrindo mão de muitos prazeres individuais em nome da calmaria de uma civilização.

Esse esforço feito por todos os indivíduos esclarece como a civilização é amplamente superior ao estado de natureza, onde o sujeito se vê encurralado em situações inquietantes temendo sempre pela sua vida. Principalmente, viver em uma civilização não é apenas um atestado para a vida, mas também uma possibilidade de desenvolver a si mesmo e os próprios talentos, fator esse que era incerto no estado de natureza, além disso, passa a ser possível dar um futuro para sua família em um ambiente controlado e menos hostil.

Para Hobbes, os seres humanos antes da civilização são vistos quase que como animais, que matam uns aos outros e se utilizam do que puderem para se protegerem, mesmo que isso cause a morte de um semelhante.

Essa normalidade em causar dano ao próximo surge da necessidade de sobrevivência e do instinto que cada indivíduo carrega dentro de si. O seu lado mais primitivo urge e toma conta do seu espírito, fazendo com que o ser realize tudo aquilo que for necessário para conservar a própria existência.

Hobbes vê o ser humano como mal antes mesmo da civilização, necessitando da mesma para conseguir conviver num estado de paz. Diferentemente de Rousseau, que acredita que o mesmo nasce bom, mas a sociedade o corrompe de acordo com o tempo que o homem vive na mesma, sendo infectado pela ganância e maldade da vida civilizada.



O mesmo enxerga a sociedade como transformadora, já que viver em civilização afasta o homem da barbárie, e o coloca num estado de convivência entre indivíduos que possibilita retirar o melhor do mesmo, e afastar o seu lado animalesco e violento que é trazido à tona pela constante tensão que o ser vive quando está inserido no estado de natureza.

Por isso, é de responsabilidade de todos os indivíduos pertencentes ao pacto buscarem a paz incondicionalmente, mesmo que isso signifique abrir mão de vontades e paixões individuais.

Com isso, podemos seguir a segunda parte do primeiro capítulo, onde abordaremos Rousseau e a sua visão de civilização, pontuando acerca da transição da vida natural para o contrato social.

## Rousseau e o Contrato Social

Quando falamos acerca de Rousseau, é essencial abordarmos acerca da obra "Do contrato social", que reforça a todo o momento o conceito de liberdade e fundamenta as noções políticas e sociais das instituições modernas.

O pacto, nada mais é, que uma forma que o indivíduo possui de abrir mão de sua liberdade natural e infinita, passando a conservar uma liberdade civil, com direito limitado e garantia a propriedade.

Como abordamos na parte anterior, a lei de natureza é extremamente duvidosa para os indivíduos, os colocando numa situação problemática e de extrema tensão causada pela incerteza e incapacidade de prever o que está por vir, por isso, é de suma importância que todos os sujeitos adentrem ao contrato social.

É extremamente benéfico para o ser formar um trato entre todos os indivíduos da sociedade e um governante soberano, que é a própria sociedade, mesmo que se abra mão de diversas paixões e desejos individuais, buscando um futuro menos incerto.

Diferentemente de Hobbes, Rousseau é defensor ferrenho da soberania popular, logo, aquele que tem voz direta e não só pode, como deve participar das decisões políticas regularmente é o povo, que caso não se sintam satisfeitos com as decisões do governante, podem o retirar de seu cargo.

Isso é extremamente importante, pois apesar dos indivíduos possuírem vontades individuais, também possuem vontades gerais, que são desejos de toda a população, capazes de orientar as forças do estado.

Decorrente disso, temos o pacto social, onde todos os indivíduos concordam de abrir mão de seus direitos de natureza e passam a ser comandados por um governante, que tem como objetivo principal conservar a vida, a segurança dos seus súditos e o direito à propriedade.

Para Rousseau, todos os membros do corpo político são ao mesmo tempo súditos e cidadãos, ou seja, ao mesmo tempo que fazem parte do governo soberano, também são governados pelo mesmo. Isso significa que o governo não é apenas uma parte isolada da sociedade, mas também parte atuante e participante ativa da mesma.

Desse conceito, é possível extrair o ponto principal do contrato. A participação e contato direto do povo com as decisões e escolhas feitas nos governos, se tornando impossível que um governante impopular se mantenha no poder.

Seguindo, Rousseau aborda 3 modelos políticos principais que eram presentes e constantemente adotados no século XVIII, a democracia, a aristocracia e a monarquia.

Na democracia, Rousseau julga que por mais que pareça benéfico os poderes executivo e legislativo estarem juntos, não é correto que os indivíduos que façam as leis também as executem, com pena de que a influência de interesses privados invada os espaços públicos.

Neste caso, o mesmo argumenta que a democracia apenas funcionaria em algumas situações:

Primeiramente, um Estado bastante pequeno, em que seja fácil congregar o povo, e onde cada cidadão possa facilmente conhecer todos os outros; em segundo lugar, uma grande simplicidade de costumes, que antecipe a multidão de negócios e as discussões espinhosas; em seguida, bastante igualdade nas classes e nas riquezas. (ROUSSEAU, 1762, p. 94)

Essas características indicam que a democracia para Rousseau só funciona em sociedades bem específicas e particulares.

Além disso, a mesma é vista como o modelo político que está mais suscetível a mudanças e discussões internas, afinal, as alterações são constantes e sempre se está em transformação.

Rousseau utiliza de uma citação com palavras fortes para ilustrar a liberdade tumultuosa que existe na democracia:

“Malo periculosam libertatem quam quietum servitium”<sup>3</sup>

Essa frase elucida bem a intenção de Rousseau com a obra “Do contrato social”, já que a mesma foi um marco na filosofia política e principalmente na obtenção dos direitos de liberdade a partir do século XVIII, reforçando a importância do povo na

---

participação dos governos e modelos políticos, servindo de base para a revolução francesa e influenciando diretamente o liberalismo político.

A seguir, Rousseau fala acerca da aristocracia, uma forma de governo onde um grupo de indivíduos privilegiados possuem o controle do governo.

Neste caso, é necessário observar que a vontade da classe privilegiada que governa o povo esteja em harmonia com aquilo que a população tem como desejo, ou do contrário, o poder será extremamente turbulento.

Rousseau também cita algumas características necessárias para a formação de um governo aristocrata:

Nem um Estado tão pequeno, nem um povo tão simples e reto, que a execução das leis resulte imediatamente da vontade pública, como numa boa democracia. Também não convém uma tão grande nação em que os chefes esparsos para a governar possam decidir à revelia do soberano, em seus respectivos departamentos, e começar por se tornarem independentes e virem a ser, em seguida, os senhores. (ROUSSEAU, 1762, p. 98)

Aqui, Rousseau menciona algumas características interessantes para a formação de uma aristocracia. Sendo a primeira que a execução das leis venha imediatamente da vontade pública, ou seja, do povo.

Também é interessante apontar que uma pátria muito grande seria problemática para um governo aristocrata, afinal, a divisão do poder soberano em muitas partes pode facilitar com que governantes passem a administrar de forma independente, resultando em separações e ramificações indesejadas.

---

<sup>3</sup> É preferível uma liberdade agitada a uma servidão tranquila.

Como exemplo, tendo em vista os franceses que anteriormente a revolta tinham uma aristocracia formada pela nobreza e pelo clero, a mesma logo foi dissolvida com o início da revolução francesa, quando os burgueses e camponeses se juntaram protestando pelos diversos privilégios peculiares que as classes privilegiadas possuíam, como a isenção de impostos.

Esse é um dos maiores problemas do modelo de governo aristocrata, afinal, as classes menos favorecidas, por serem sempre maioria, podem se revoltar com as condições de vida impostas pelos governantes.

Por esse motivo, é extremamente necessário que o governante saiba lidar com o povo e seus desejos, afinal, a civilização criou indivíduos cheios de vontades e paixões, por isso, é improvável acreditar que um governo que contrarie os interesses populares consiga florescer.

Como um segundo exemplo, podemos utilizar a aristocracia de Platão, onde o mesmo defendia que o governo deveria ser composto apenas pelos sábios, que passariam toda sua vida se preparando para quando estivessem prontos, pudessem tomar as melhores decisões em prol da sociedade.

Apesar de teoricamente a ideia platônica ser extremamente interessante, nada garante que os intelectualmente superiores governariam em prol do povo e não de si próprios, se mostrando a grande deficiência da aristocracia, a falha do indivíduo em ser benevolente com seu semelhante, principalmente em locais tão propícios a erros individuais e corrupções, como a política.

Como terceiro modelo de governo, Rousseau fala acerca da monarquia.

É importante observar que diferentemente da aristocracia e da democracia onde um grupo de pessoas representa um único indivíduo, na monarquia um único ser representa todo um coletivo, logo, o poder está centralizado no rei.

O problemático dessa questão, é que por governar de forma absoluta, quase que solitária, o rei passa a estar longe do povo, perde a ligação com o mesmo, e assim passa a comandar o estado de maneira agressiva, buscando sempre o medo da população, quando deveria procurar justamente o contrário.

Rousseau cita que um verdadeiro rei, deve ter como objetivo principal conquistar o amor e a admiração dos seus súditos, assim, tendo uma nação forte e que fará tudo aquilo que for possível em nome do seu governante e de sua pátria, inclusive em conflitos. (ROUSSEAU, 1762)

Por outro lado, a distância entre o rei e o povo faz com que a monarquia tenha períodos problemáticos e tumultuados, principalmente em períodos eleitorais, quando a população passa a se questionar acerca do governo do seu monarca. Além disso, outro problema complexo ocorre quando o mesmo falece.

Para sanar este problema, muitos monarcas passaram a decretar a hereditariedade dos tronos, passando a se colocarem em situações embaraçosas, como crianças no comando de nações gigantescas.

O grande exemplo disso foi Dom Pedro II ser incapaz de ser decretado imperador do Brasil, pela sua idade insuficiente, sendo necessário que o país fosse governado por uma regência por 9 anos até o mesmo ter maioria para assumir o trono, o que não aconteceu, já que o mesmo foi coroado aos 14 anos, através de uma manobra política denominada de “Golpe da Maioridade”.

É possível identificar alguns sérios problemas na monarquia, além de um possível isolamento do rei e de sua distância para a população, a hereditariedade pode causar diversos problemas para uma nação, além de casos como o de Dom Pedro II, outras situações como disputas familiares e brigas entre irmãos podem ser casos regulares.

Por fim, Rousseau trás a tona a discussão acerca dos governos que podem estruturar uma civilização pois a sociedade pode tomar diferentes caminhos, desde um comando democrático e majoritariamente focado na relevância política de cada indivíduo, até o poder centralizado em um único governante que muitas vezes pode ser visto como tirano.

Por isso, o contrato social é de grande importância para o desenvolvimento do indivíduo, sendo crucial na formação de uma civilização que prese pela liberdade e pela soberania popular, que é característica principal até os dias atuais em grande parte dos governos pelo mundo.

Além disso, é de suma importância observar a valorização do indivíduo em Rousseau, onde o povo e o coletivo têm suma importância em decisões políticas e não é apenas um fantoche de forças dominantes.

## Rousseau e o impacto da civilização na moralidade humana

“O homem nasce bom, a sociedade o corrompe”<sup>4</sup>

Com esse pequeno trecho, conseguimos ter uma visão bem clara acerca da forma que Rousseau enxerga o conceito de civilização e como ele modifica a moralidade do indivíduo. Para ele, o ser nasce com uma essência boa, puramente voltada aos instintos, porém, com o desenvolvimento da civilização, a sociedade ao longo do tempo acaba o corrompendo e o transformando em um indivíduo ganancioso e sempre em busca do acúmulo de capital e riquezas.

Comparado a Kant, Rousseau considera que o indivíduo tem uma relação a priori com o conceito de bem e mal, já que o mesmo nasce com a sua essência boa enquanto é apenas um homem selvagem, porém, a partir do momento que ele passa

---

a vivenciar e experimentar tudo aquilo que a civilização pode o proporcionar, o mesmo se subverte lentamente e perde aos poucos a sua essência instintivamente pura.

Tudo aquilo que lhe intriga e o causa asco são as máscaras e mentiras que ocorrem durante a vida em sociedade, como se o ser humano fosse inclinado naturalmente a agir e passar por cima dos seus semelhantes quando está inserido numa vida coletiva, prezando sempre pelo seu próprio interesse.

Esta crítica, feita a mais de 200 anos atrás, ainda ecoa na nossa sociedade atual, pois constantemente somos alvejados com casos em que o indivíduo pouco se importa com seus iguais, tratando o ser humano como uma mera porção de carne e ossos, não alguém de sua mesma espécie.

A falta do senso de coletividade é comum nas organizações contemporâneas, onde o sujeito é colocado numa disputa de ego, posição social e muitas vezes cultural com os seus similares, aflorando cada vez mais uma corrida por riquezas e capital que pouco importará no final.

Para ele, isso é inaceitável, afinal, a vida em sociedade deveria ajudar os indivíduos a evoluírem e compartilharem tudo aquilo que é excepcional e particular da raça humana uns com os outros, porém, o que acontece é justamente o contrário,

---

<sup>4</sup> Importante frase de Rousseau que esclarece o caráter positivo do homem ao nascer, que é corrompido ao longo da vida em sociedade.

pois as pessoas passam a enxergar os seus iguais como inferiores e os utilizam apenas como ponte para alcançar aquilo que querem.

Na sua obra, “A origem da desigualdade entre os homens”, Rousseau aborda a questão do princípio da desigualdade na sociedade, e descarta que a mesma exista dentro do estado de natureza, pois para o mesmo o fator social nem mesmo está inscrito quando falamos acerca da natureza humana do ser, já que o mesmo é regido apenas pelos seus instintos.

Para o filósofo, o estado de natureza se caracteriza pela suficiência do instinto, ou seja, para o indivíduo que convive nessa circunstância já basta conservar a si mesmo e presar pela sua própria sobrevivência, como se apenas estar vivo já fosse suficiente para o homem selvagem.

Rousseau cita que este indivíduo primitivo mal possui a capacidade de ter prudência, afinal, o homem selvagem nem mesmo consegue planejar no almoço o que vai comer no jantar, já que todos seus desejos e vontades advêm dos seus instintos e necessidades práticas.

Contudo, diferentemente de Hobbes, Rousseau acredita que o indivíduo não necessita de se digladiar com os outros para sobreviver, pois o mesmo possui a capacidade de conservar sua própria existência sem a necessidade de entrar em combate com seus semelhantes.

Hobbes pretende que o homem é naturalmente intrépido e não procura senão atacar e combater. Um filósofo ilustre pensa o contrário, e Cumberland e Pufendorf asseguram também que nenhum ser é tão tímido quanto o homem em estado de natureza, e que ele está sempre tremendo e pronto a fugir ao menor ruído que o alcance, ao menor movimento que perceba. (ROUSSEAU, 1762, p. 165)

Rousseau vai contra a ideia de Hobbes de que o indivíduo em estado de natureza está numa situação de guerra de todos contra todos. O mesmo considera que o sujeito, colocado dentro dessa situação tão estressante, prefere por conservar a sua existência através do isolamento que guerreando contra outros indivíduos.

Caso façamos um paralelo entre o homem primitivo e o homem moderno em Rousseau, conseguimos contemplar a dualidade entre o indivíduo que presa apenas pela própria sobrevivência e o ser que passa por cima do seu semelhante apenas por interesses individuais.

Se porventura analisamos essa questão mais a fundo, poderíamos nos questionar se a moral do indivíduo não se deteriorou ao longo da evolução humana. Afinal, fomos de seres puramente instintivos, como grande parte dos animais, para homens que se digladiam e guerreiam entre si, colocando a nossa racionalidade em segundo plano.

É problemático e preocupante como o próprio homem pode ser o motivo de seu fim. Talvez em tempos passados não imaginariam que os homens pouco evoluiriam perto da tecnologia, mas em tempos contemporâneos, apenas uma decisão errada de um indivíduo com poder suficiente pode pôr em risco toda a existência humana, por simples ganância e interesses individuais.

É irônico conceber que por mais que os indivíduos primitivos sejam vistos como inferiores em relação aos homens modernos, os mesmos tinham capacidades e dotes que dificilmente algum homem rodeado por tecnologia consegue ter, como a capacidade de sobrevivência.

Nossa humanidade, que antes era composta apenas por intuições e instintos de sobrevivência, evoluiu em um ponto de poder fazer suas próprias escolhas e decisões, se voltando para seu próprio interior e muitas vezes questionando a motivação de certas ações, contudo, em diversos momentos compreendemos que o ser prefere por seguir suas vontades e paixões individuais do que ouvir a voz de sua razão, que constantemente ecoa em sua mente.

De certa forma, a racionalidade humana é um dom e uma maldição, afinal, fomos coroados com o pensamento, o poder da escolha, o dom da escrita e da fala, os prazeres da carne e tudo que a civilização pode fornecer, porém, simultaneamente fomos concebidos com a desgraça de nos frustrar, angustiar e torturar a si mesmos por escolhas ruins, que podem reverberar por toda a nossa existência neste plano terreno, atormentados por nossa moralidade, que sussurra na nossa mente como vozes intermináveis.

A desigualdade, como qualquer outra falha humana, se desencadeou através da ganância do indivíduo, que ansiava sempre por mais e não media esforços caso precisasse passar por cima de outro indivíduo para alcançar seu objetivo, pouco se importando com quem está abaixo.

Disso, podemos inferir que o indivíduo que vive em comunidade experimenta tudo aquilo de melhor que a sociedade tem a oferecer. As roupas, o transporte, a alimentação, a segurança da civilização, e por isso, pode se preocupar com tantos



outros fatores que o homem primitivo mal teve a oportunidade, pois nem mesmo tinha a capacidade de refletir de forma complexa.

“Se ela nos destinou a sermos sãos, quase ousou assegurar que o estado de reflexão é um estado contrário a natureza e que o homem que medita é um animal depravado.” (ROUSSEAU, 1762, p. 169)

Ao utilizar palavras tão fortes, Rousseau considera que a evolução do homem até alcançar a civilização é quase que um desfavor, pois a vida natural era muito mais tranquila e simples, diferentemente da vida em sociedade que colocou os indivíduos uns contra os outros e reforçou ainda mais a desigualdade ferrenha entre os homens.

As paixões e desejos, pertencente aos homens que vivem em comunidade, levou os indivíduos a fugirem de seu lado selvagem, buscando sempre algo que os adulem e os façam sentir prazer. É possível que por esse motivo, seja tão grande a diferença entre o homem selvagem e o homem moderno. Enquanto um, vive apenas em prol dos seus instintos e necessidades, o outro se alimenta da realização das suas vontades mais doentias e atrações mais irracionais.

Essa característica do homem social é a que mais o atormenta e o causa dor espiritual, pois o indivíduo sempre está em busca de mais, e quando o mesmo não é capaz de alcançar seus objetivos, a mente o culpa, o acusa, lhe faz sentir sujo e incapaz, muitas vezes o fazendo tirar a própria vida

Tal problemática não existia no ser humano selvagem, afinal, o mesmo se contentava com aquilo que lhe sustentava, se satisfazia com qualquer coisa que o provesse as necessidades básicas para existir, que lhe permitisse continuar de pé para sobreviver por outro dia.

“O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer: *Isto é meu*, e encontrou pessoas simples o suficiente pra acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil”. (ROUSSEAU, 1762, p. 203)

Essa citação ajuda a percebermos a crítica de Rousseau ao indivíduo e a civilização, visto que o mesmo, após passar por um processo de transição entre o homem selvagem e o homem moderno, se tornou um ser desprezível e ganancioso,

demandando por vários pedaços de terra que não usaria, apenas para acúmulo de capital desnecessário.

Esse mesmo indivíduo, se distanciando das suas origens, de acordo com o que se desenvolveu, passou a deixar de lado os pensamentos primitivos, e tornou-se contemplativo, reflexivo e criou sentimentos. Sendo eles bons ou ruins, amando alguns e odiando outros sujeitos, buscando a admiração dos mesmos.

Cada qual começou a olhar os outros e a querer ser olhado por sua vez, e a estima pública teve um preço. Aquele que cantava ou dançava melhor; o mais belo, o mais forte, o mais hábil ou o mais eloquente passou a ser o mais considerado, e foi esse o primeiro passo para a desigualdade e para o vício ao mesmo tempo. (ROUSSEAU, 1762, p. 210)

Daí em diante, o indivíduo se tornou preocupado sobre como era visto pelos outros, se passava uma boa impressão, se era conhecido pelas pessoas da sua tribo. Pode-se dizer que esse se tornou um dos maiores pesadelos de um sujeito, ser mal reputado, visto de forma ruim pelos outros habitantes de uma comunidade, e acima de tudo, ser tratado de forma desigual, diferente.

Junto com isso, surgiram a inveja e a admiração, afinal, se um indivíduo tem a facilidade para se destacar em determinada atividade, muitos irão o venerar, tratá-lo como maior e melhor, porém, por outro lado, existirão aqueles que terão o recalque, a raiva, a vontade de serem bem quistos como o mesmo é, e daí, se dará a desgraça do homem.

Destes sentimentos ruins, surgiram as piores maldições da humanidade. Quais? A capacidade de fazer o mal para um semelhante, seja por inveja, revolta, ofensa ou inferioridade. Além disso, junto com essa capacidade de causar dor ao outro, veio a vingança, que pode machucar não só fisicamente, mas também a alma, a mente e o espírito.

Disso, Rousseau considera que esse foi o ponto em que muitos estudiosos ponderaram ao tratarem o homem primitivo como agressivo, afinal, os povos mais antigos eram extremamente violentos e sanguinários, contudo, os mesmos não regressaram aos verdadeiros indivíduos primitivos, homens esses que viviam de formas remotas e apenas utilizavam do instinto para conservarem a própria sobrevivência.

Aí está precisamente o grau a que chegará a maioria dos povos selvagens que nos são conhecidos, e por não terem distinguido suficientemente e

observado quão distantes tais povos já estavam do primeiro estado de natureza é que vários estudiosos se precipitaram em concluir que o homem é naturalmente cruel e que é necessária a polícia para amansá-lo, quando nada é tão manso quanto seu estado primitivo. (ROUSSEAU, 1762, p. 211)

Rousseau afirma que enquanto o indivíduo se contentava apenas em produzir as suas roupas simples, seus instrumentos de formas arcaicas, suas ferramentas pouco engenhosas, mas de formas independentes, o homem viveu da melhor forma possível, porém, a partir do momento que o mesmo necessitou da ajuda de outros, e quando percebeu que era extremamente benéfico ter reservas para dois, mesmo que fosse apenas um, a propriedade teve sua origem.

Rousseau considera que o advento da metalurgia e da agricultura, junto do surgimento da propriedade, levaram a sociedade a ser como ela é, afinal, os donos de lavouras passavam a ter suas próprias terras que usavam para a colheita e o plantio, e para produzir cada vez mais, necessitavam do metal, assim como o metalúrgico precisava do trigo para se alimentar.

Primariamente, se criou um ciclo de troca entre os indivíduos. Além disso, os talentos particulares de cada sujeito influenciavam diretamente na forma que cada um viveria. Afinal, o mais esperto poderia saber como acumular mais riquezas com o mesmo pedaço de terra de outro sujeito, porém, enquanto um esbanjaria capital, o outro apenas sobreviveria com o pouco que angariou.

Decorrente disso, o homem que era livre, passou a se amarrar aos seus semelhantes. Os ricos, pois precisavam de empregados, escravos e o que mais permitisse que o mesmo produzisse mais riquezas, enquanto o pobre, necessitava de algum bem para sobreviver e se manter vivo, enquanto sustentava sua família.

Dessa corrida por obtenção de capital, os homens começaram a se prejudicar e se colocar na frente de qualquer um que estivesse em seu caminho, fazendo tudo que fosse possível para lucrarem e ganharem as custas uns dos outros.

Com essa visão de Rousseau acerca da civilização e de como os indivíduos se corromperam moralmente, é possível dizer que o mesmo vê o estado natural como sinônimo de liberdade, onde cada sujeito vivia da forma mais instintiva e simples possível, enquanto não precisava atentar contra seus semelhantes nem os subjugar em busca de riquezas inúteis.

Já o homem civilizado vive sobre preceitos inversamente opostos aos do indivíduo em estado natural, pois o mesmo existe para acumular riquezas e capital,

escraviza os seus iguais e passa por cima de qualquer um que atrapalhe o seu objetivo de lucrar descontroladamente.

Esse abismo de riquezas entre um sujeito e outro, criou tudo aquilo que existe de pior na humanidade, como a desigualdade, o preconceito e o declínio da moral e do respeito de um indivíduo pelo outro.

A desigualdade surge em cima da ganância humana, que não cansa de acumular, e ao mesmo tempo que vive como um, junta como vários.

Como consequência, aquele que é verdadeiramente pobre é praticamente coagido a prestar seus serviços para o que possui mais capital, muitas vezes tendo sido escravizado apenas para conservar a própria existência.

O ser humano, que como vimos anteriormente, passou a adquirir sentimentos, acaba por nutrir o ódio, a raiva, e o desprezo por aquele que o maltrata e o desonra, dando origem assim, a desentendimentos, mortes, e consequentemente, as guerras que condenaram milhares de pessoas.

Com isso, podemos chegar a uma conclusão. Diferentemente de Hobbes que vê o estado de natureza como uma guerra de todos contra todos, Rousseau considera essa mesma circunstância completamente diferente.

Para ele, o estado de natureza é aquele que conserva a pureza do ser humano, que mantém a liberdade e a sua capacidade de se preservar e de se manter isolado do contato com outros indivíduos, contudo, a partir do início da sociedade civil, o homem se vê corrompido, pois conhece a propriedade e perde a sua instintividade primitiva, passando a explorar os seus semelhantes sempre em busca do acúmulo de capital desenfreado.

O advento da civilização dá origem a propriedade, e a mesma provoca aquilo de pior que existe na humanidade, desde a desigualdade até o preconceito e a escravidão.

## CAPÍTULO 2

### Kant e a civilização cosmopolita

Na sua obra, ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita, Kant tem como objetivo principal modificar o panorama e a forma com que se enxerga o fio condutor da história, fazendo com que o mesmo deixe de ser a

liberdade e passe a ser a natureza, mas por qual motivo Kant projeta essa mudança?

Na visão da experiência, o ser humano pouco faria caso estivesse liberto para decidir e projetar seus próprios objetivos, por esse motivo, o mesmo estaria numa circunstância de ócio e inatividade perante a sua própria razão, evitando o progresso da mesma.

Para resolver essa problemática, Kant muda o foco e o estopim necessário para que o motor da história volte a se movimentar. Para o mesmo, a natureza tem o papel de retirar o homem da selvageria e da primitividade, colocando o indivíduo nos trajetos necessários para o desenvolvimento da razão.

Este indivíduo, como ser social, está fadado a sociabilidade e ao conflito eterno com outros semelhantes, por esse motivo, o homem está sempre exercitando e aprimorando suas habilidades, com o intuito de conquistar e executar uma dominância sobre todos os outros seres humanos.

Habilidades essas, que se desencadeiam de suas paixões e desejos, vontades que se interligam aos seus instintos mais primitivos e selvagens e que os distanciam da racionalidade e da moral, além de diferenciar cada ser um do outro, através de seus apetites.

Apesar disso, os desejos são essenciais para movimentar o ser e retirar o indivíduo do estado de descanso que o mesmo se encontra quando tem a sua existência regida pela liberdade, afinal, a discórdia e a desavença despertam o sujeito da preguiça e os introduz em uma inquietante disputa pela glória com os seus semelhantes.

Contudo, a mesma sociabilidade que aproxima o ser dos seus iguais e os coloca em conflitos a todo momento, também serve para proclamar a paz posteriormente.

O ser humano, cansado de divergências e conflitos intermináveis, opta por abrir mão de suas vontades e desejos individuais e funda a sociedade civil, onde vive perante um conjunto de leis que os padroniza e afasta a selvageria e a instabilidade.

Instabilidade essa, que distancia o ser da racionalidade e impede que o indivíduo possa se desenvolver plenamente. Em paralelo a isso, a natureza não atua apenas em cenários locais, mas também em cenários internacionais, através das guerras.

Para Kant, os conflitos internacionais são fomentados pela natureza, com o intuito principal de posteriormente alcançar a paz. Paz essa, que é alcançada após todas as desgraças ocasionadas pelas guerras e confrontos serem conhecidas pelo ser, levando o indivíduo até o momento da conciliação e sucessivamente até a união de civilizações.

Essa união de civilizações dá origem a uma legislação comum, que permite a junção de vários povos envoltos da mesma constituição civil e moralidade, formando a civilização cosmopolita, que é capaz de agrupar indivíduos e nações dentro de uma grande associação global.

Cumpramos examinar, neste passo que as guerras são na verdade tentativas segundo os propósitos da própria natureza de constituir novas relações entre os Estados. Dessa forma por meio do desmoronamento ou ainda pelo desmembramento dos antigos corpos políticos surgem novas formações estatais.<sup>5</sup>

Este estado cosmopolita agrupa os sujeitos dentro de uma comunidade global, os tornando cidadãos do mundo, libertos e livres, com o objetivo principal de defender

---

a liberdade e o bem da humanidade, ou seja, tratar a raça humana sempre como fim e nunca como meio.

É importante frisar que a história possui uma finalidade natural, ou seja, independente das vontades humanas o fio condutor histórico conduzirá os seres humanos até a racionalidade, e posteriormente, a moralidade.

Esse trajeto não é repentino, e muito menos veloz, logo, podem levar séculos para que a humanidade evolua progressivamente a sua racionalidade, e finalmente, chegue até o estágio moral, contudo, é interessante observar que esse desenvolvimento acontece em todos os indivíduos da espécie, e não apenas em um só.

Kant acredita fielmente no desenvolvimento universal dos indivíduos, por isso, todos sempre estão em constante progresso, chegando em um determinado momento em que futuramente, a humanidade finalmente conseguirá alcançar o estágio moral, contudo, esse caminho é árduo e demorado.

---

<sup>5</sup> (Kínesis, Vol. VI, nº 11, 2014, p.264)

Contudo, a problemática do Estado cosmopolita pretendido por Kant, conforme se verá, exige ainda um longo caminho a ser percorrido até que cheguemos ao último passo desta jornada, ou seja, para que possamos realmente efetivar a ideia cosmopolita entre os Estados.<sup>6</sup>

Também é interessante citar que a racionalidade em Kant funciona como um estágio “pré-moralidade”, onde os indivíduos se preparam para pautar suas ações sempre em prol de sua moral e agirem sempre buscando o aperfeiçoamento de si mesmos e o bem a humanidade em todas suas escolhas, se caracterizando como uma circunstância árdua e um estágio que o homem racional precisa sempre ter o desejo de alcançar;

Estágio esse, composto por indivíduos livres e libertos, que possuem a capacidade de agirem de acordo com máximas universais, que sejam comuns e almeçadas por todos os indivíduos que façam parte dela, intitulado pelo nome de reino dos fins.

O reino dos fins para Kant é uma comunidade de iguais e seres morais, onde o indivíduo assume uma posição elevada para ter capacidade de julgar as máximas corretamente. Este reino existe apenas em um mundo inteligível, onde os agentes

---

morais fazem o teste do imperativo categórico para identificarem se determinada ação pode ser considerada ou não uma lei universal.

Leis universais para Kant são máximas que servem para todos os indivíduos morais, ou seja, que devem ser desejadas por todos aqueles que procuram agir de forma moral.

Quando falamos acerca destas leis universais, inferimos que são regras criadas pelos próprios indivíduos, através da autonomia que os mesmos possuem para procederem da forma que acharem melhor. Essa autonomia, permite que os seres possam agir e identificarem se suas máximas são dignas ou não de serem aprovadas pela fórmula do imperativo categórico.

Quando falamos acerca da moralidade e do dever de agirmos conforme a mesma proferimos acerca dos imperativos. Kant divide os mesmos em imperativos categóricos e imperativos hipotéticos

---

<sup>6</sup> (Kínesis, Vol. VI, nº 11, 2014, p.265)

Imperativos hipotéticos nada mais são que raciocínios que utilizam de um meio para chegar a um fim. Por exemplo, quando o indivíduo usa a humanidade como ponte para alcançar aquilo que deseja, está agindo sobre os preceitos de imperativos hipotéticos, que não servem como leis universais e são considerados apenas fins relativos.

Já os imperativos categóricos são ações que funcionam de acordo com a razão e não com as inclinações do indivíduo. Além disso, as mesmas independem de qualquer outro tipo de propósito, ou seja, são comportamentos que são bons por si mesmos, sem nenhum tipo de segunda intenção.

Este método apenas aprova máximas que possuam o verdadeiro bom, aquele que é carregado de moralidade e boa vontade. Esta boa vontade é intrínseca de valor e absolutamente valiosa, por isso, deve ser procurada por todo o indivíduo moral.

Esse verdadeiro bom pode ser nomeado de bom moral, aquele que é bom sem nenhum tipo de limitação, superando até mesmo a própria felicidade. Para Kant, agir em busca da felicidade é perigoso, afinal, nesse sentido buscar a felicidade nada mais é que satisfazer suas inclinações, suas próprias vontades e desejos.

Todos os indivíduos estão numa dura batalha consigo mesmos, afinal, somos agentes duplos, que se dividem entre agirem de acordo com o dever da moralidade, ou de acordo com suas próprias inclinações. Por isso, ser um ser agente moral é extremamente árduo, pois nem todos os seres estão dispostos a abrirem mão de suas próprias vontades em nome do dever de agir conforme princípios.

Por esse motivo, o imperativo categórico testa todas as máximas e as identifica como boas em si mesmas ou como apenas satisfação de inclinações. Por exemplo, caso um indivíduo tenha aparentemente boas ações, mas em suas intenções esteja apenas buscando um outro fim aparente, esta máxima não pode ser considerada uma lei universal.

Kant utiliza o caso do filantropo que é beneficente apenas por simpatia, e para ele, sua beneficência tem menos valor moral que caso o mesmo agisse segundo o dever.

Contudo, esse mesmo filantropo, caso entrasse em uma grande crise financeira e de infelicidade e mesmo assim, continuasse a ser beneficente, teria grande valor de moralidade em suas ações.



Nesse sentido, percebemos que agir segundo o dever, e conseqüentemente segundo a moralidade, promove mais a felicidade que agir segundo inclinações, ou seja, é mais interessante para o indivíduo fundamentar a suas alegrias no dever do que em paixões, pois traz uma vida mais estável.

A forma com que Kant trabalha a questão moral é extremamente altruísta, afinal, o indivíduo tem como seus dois fins objetivos o aperfeiçoamento de si mesmo e a capacidade de ajudarmos uns aos outros.

Se aperfeiçoar para Kant é ter a capacidade de cada vez mais poder agir segundo a razão, indo contra a direção das próprias inclinações e rumo ao dever moral. Por isso, agir de acordo com suas vontades nada mais é que ir contra a natureza racional humana, satisfazendo desejos que podem muitas vezes trazer a felicidade momentânea, mas que não aperfeiçoam o indivíduo a longo prazo.

Já a obrigação moral que temos de ajudarmos uns aos outros é extremamente humanitária, afinal, utilizarmos os indivíduos sempre como fim e nunca como meio é basicamente expressar que não podemos ir contra nossos próprios semelhantes apenas para satisfazer nossas inclinações particulares.

## Uma comparação entre os indivíduos em Hobbes, Rousseau e Kant

Neste capítulo, temos como objetivo principal relacionar as teorias de Hobbes, Rousseau e Kant, identificando as problemáticas e pontos de divergência entre eles, desde o homem selvagem até a civilização e a moralidade, que se interligam a todo momento, como vimos nas questões anteriores.

Podemos fazer uma ponte entre o fim objetivo do indivíduo em Kant de ajudarmos uns aos outros com o sujeito no estágio civilizatório de Rousseau e o homem no estado da natureza de Hobbes.

Neste sentido, enquanto a racionalidade manda que tenhamos ações boas para com a humanidade e nos aperfeiçoemos com o objetivo de agirmos segundo a lei moral, o indivíduo na lei da natureza de Hobbes tem como único objetivo conservar a sua própria existência, guerreando um com os outros.

Esse indivíduo natural nada mais é que um ser solitário e desconfiado a todo momento, afinal, permitir a aproximação de outro semelhante dentro do estado de

natureza nada mais é que assentir que outros seres tenham a capacidade de causar o mal a ti.

Por isso, enquanto o indivíduo moral de Kant tem como fim objetivo o bem a humanidade, o ser natural hobbesiano já perdeu a sua benevolência e age em boa parte do tempo apenas de acordo com o que manda seus instintos e desejos, muitas vezes obedecendo apenas a sua tendência a autopreservação e a conservação de si mesmo e aqueles que ama.

Nesse sentido, é justo dizer que enquanto o agente moral de Kant é livre e tem a capacidade de agir segundo suas próprias máximas e escolhas, seguindo sempre a sua racionalidade e buscando sempre o bem em si mesmo, o ser no estado de natureza de Hobbes é tão desconfiado de seu semelhante que necessita de um soberano para controlar e assegurar com que os homens não se matem como animais.

Por outro lado, o indivíduo no estado civilizado em Rousseau nada mais é que um ser sujo e que busca sempre a superioridade perante os seus iguais, dando origem a desentendimentos, brigas e posteriormente a guerras que assolam a humanidade.

Este ser civilizado de Rousseau, acabou por evoluir racionalmente pois deixou de agir seguindo apenas os próprios instintos e necessidades, contudo, a evolução nesse caso deu origem a diversas desgraças da humanidade segundo Rousseau, como a desigualdade, o preconceito, a inveja e as guerras.

Inversamente ao indivíduo moral kantiano, o ser civilizado de Rousseau é extremamente dissimulado, pois sabe exatamente como se comportar para utilizar de seus semelhantes como escada para alcançar aquilo que deseja, nesse caso sendo a luxúria, riquezas e diversas outras vontades individuais, como segue-se na citação de Rousseau a seguir:

A primeira arte de todos os maus é a prudência, ou seja, a dissimulação. Tendo tantos designios e sentimentos a ocultar, sabem compor seu exterior, governar seus olhares, suas atitudes, seu ar, tornar-se mestres das aparências. Sabem tirar vantagens e cobrir com um verniz de moderação as sombrias paixões por que são corrompidos. (...) Os maus são frios, manhosos; o veneno se deposita e se esconde no fundo de seus corações para agir somente na hora e no lugar certos. (KANT, 1762, p. 98)

Neste caso, a prudência para Rousseau é caracterizada como uma característica negativa presente no indivíduo, pelo fato do mesmo utilizar da

capacidade de agir com antecipação para disfarçar suas verdadeiras intenções dentro da civilização.

Kant defende em sua obra “começo conjectural da história humana”, que todo esse jogo presente dentro do estágio civilizatório de Rousseau impede que o indivíduo evolua racionalmente, afinal, o mesmo está sempre focado em prejudicar os seus semelhantes e de satisfazer suas próprias vontades, em decréscimo da humanidade.

O filósofo alemão diz o seguinte:

“A felicidade não requer mais a virtude; sua matéria primeira são os vícios e seu refúgio é a máscara. Por trás dela, estabelece-se uma unidade afetada”. (KANT, 1786, p. 95)

Através dessa citação, podemos observar a forma com que o ser civil em Rousseau interage com os outros participantes desta sociedade civilizada. O mesmo utiliza uma forma de máscara social que o camufla quando está participando de interações sociais.

Esta máscara, inclusive, impossibilita que o ser civilizado possa confiar e fazer amizades regulares com seus semelhantes dentro da sociedade civil, afinal, o mesmo nunca sabe as reais intenções de ninguém, nem mesmo aqueles que o próprio julga como confiável, como cita Rousseau a seguir em uma parte referenciada por Kant:

Jamais se saberá, portanto, com quem se trata; assim, será preciso, para conhecer seu amigo, aguardar as grandes ocasiões, ou seja, esperar que não haja mais tempo para tanto, porquanto essas ocasiões é que teria sido essencial para conhecê-lo. (apud KANT, 1786, p. 96)

Neste sentido, a liberdade moral humana é duramente criticada, afinal, a mesma se contaminou pela vida comum do indivíduo civilizado e impossibilitou que a verdadeira responsabilidade moral individual de cada um fosse exercitada.

Essa dita responsabilidade moral foi deixada de lado a partir do momento que o indivíduo social passou a se importar mais com suas vontades e paixões individuais que com seu papel de agir segundo um preceito moral válido e aceitável dentro da sociedade civil.

Em adição a isso, Rousseau faz uma crítica não só a moral do homem civilizado, mas também ao seu estilo de vida dissimulado e ardiloso, que foi acostumado a vivenciar desde que adentrou a vida em civilização. O mesmo inclusive julga o estilo de vida do homem natural como superior, como podemos ver a seguir:

“O homem de bem é um atleta que se satisfaz em combater nu: ele despreza todos esses vis ornamentos, que dificultam o uso de suas forças e cuja maior parte foi inventada somente para esconder uma deformidade qualquer”. (apud Kant, 1786, P. 91)

Rousseau acaba por dar preferência ao homem no estado de natureza não por ser contra uma evolução humana, mas sim, no sentido em que o indivíduo civilizado pouco se aprimorou em relação ao próprio homem selvagem, priorizando mais as formas de se camuflar dentro da vida em sociedade e satisfazer seus desejos mais impuros.

O mesmo aperfeiçoa sua racionalidade, mas não com bons objetivos que favoreçam a humanidade e conseqüentemente a si mesmo, mas sim, com a intenção principal de passar por cima de seus semelhantes e utilizá-los a todo momento como meio para alcançar suas vontades.

O seu “talento” para ser dissimulado é tão grande, que caso o mesmo utilizasse do seu dom ardiloso para se desenvolver de forma racional em busca de uma verdadeira moral humana, de certo que teria facilidade para alcançá-la rapidamente.

Rousseau considera a igualdade na sociedade civil puramente ilusória, afinal, segundo o mesmo não existiria igualdade alguma que fizesse um indivíduo depender de outro de tantas formas como acontece dentro da vida em civilização, pela existência latente de formas de que o mais forte domine o mais fraco.

No estado de natureza essa desigualdade é inexistente, já que não existe uma desvantagem tão grande de um indivíduo para o outro que faça um depender de outro diretamente, como Rousseau cita a seguir:

Há no estado de natureza uma igualdade de fato real e indestrutível, porque é impossível que nesse estado a única diferença de homem para homem seja tão grande a ponto de tornar um dependente do outro. No estado civil há uma igualdade ilusória e vil, pois os meios destinados a mantê-la servem eles mesmos para destruí-la, e a força pública acrescentada ao mais forte

para oprimir o mais fraco rompe a espécie de equilíbrio que a Natureza colocara entre eles. (apud KANT, 1786, P. 93)

Nesse caso, Rousseau julga a desigualdade presente na civilização como causada diretamente pela força pública, força essa que contribui para a opressão do mais fraco pelo mais forte e trabalha diretamente para que o indivíduo privilegiado tenha controle sobre aquele que não possui condições mínimas para sobreviver.

Se comparamos a sociedade civil de Rousseau com a civilização cosmopolita de Kant vemos uma diferença gritante, afinal, enquanto o indivíduo civilizado de Rousseau trabalha exclusivamente para oprimir os mais necessitados, o cidadão moral kantiano vive em uma comunidade de seres livres e iguais, desamarrados de toda e qualquer escravidão, e independente disso, trabalham para agirem de acordo com máximas que beneficiem a humanidade a todo momento.

O homem civilizado muitas vezes se encontra longe de qualquer desejo pela boa vontade, afinal, os homens civis se distanciam cada vez mais e mais uns dos outros pela máscara que veste cada um. Máscara essa que impede que o sujeito conheça o outro verdadeiramente, como se convivesse apenas com uma presença ilusória, já que o verdadeiro homem por trás da máscara está utilizando da sua prudência para pensar em formas de se beneficiar do seu semelhante.

Rousseau entende que essa distância de um homem para o outro afasta o mesmo da virtude, da capacidade de fazer o bem apenas pelo sentimento de bondade que deveria existir em cada indivíduo quando está em convivência com outras pessoas da mesma espécie.

Esse afastamento da moralidade leva o indivíduo a agir apenas em favor de si próprio, procedendo sempre em ações que satisfaçam as próprias paixões e desejos obscuros, os levando para longe da verdadeira bondade humana e os colocando cada vez mais perto da podridão da vida civilizada.

E mais do que isso, esse indivíduo não só se especializa na arte da mentira para outros semelhantes, mas também para si mesmo, assim, permite que sua própria mente não o questione quando o mesmo age de formas contrárias a razão e a moral, passando a criar um sentimento de aceitação com toda e qualquer atitude que o mesmo execute.

Na dissimulação encontra-se a especialização que o civilizado estima e cultiva. Ele se especializa em mentir e, o que é pior, não mente somente para o outro – algo que lhe traz a vantagem da aceitação -; o homem foge

de si mesmo e busca a vida culta e civilizada, a vida mascarada. (KANT, 1786, p. 99)

Para Rousseau, o indivíduo civil não procura pela realidade, aquela que traz o indivíduo para os problemas mundanos e as complicações presentes na existência do ser, mas sim, pela felicidade eterna, aquela que abraça o homem de uma forma tão falsa e o faz sentir prazeres que não teria caso estivesse experimentado uma dose da vida real.

Essa felicidade é extremamente prazerosa, mas ao mesmo tempo, estimula o homem a agir apenas em busca do próprio bem-estar, o que o afasta da verdadeira moral e o faz se aproximar cada vez mais da ociosidade e da preguiça em exercer sua racionalidade.

Aparentemente, todos buscam a felicidade, ninguém se preocupa com a realidade. Todos escondem seu ser atrás de um disfarce; todos escravos e vítimas do amor-próprio, não vivem para viver, mas para fazer crer que viveram. O homem da cultura é um hipócrita. (apud KANT, 1762, p.99)

Rousseau também faz questão de estabelecer uma distinção fundamental entre possuir o amor-próprio e o amor de si. Para ele, o amor-próprio nada mais é que um sentimento criado no berço da vida em civilização que faz o ser valorizar mais a si mesmo do que qualquer outra pessoa.

Este sentimento impede que o indivíduo pense de forma beneficente, mas apenas em prol de si próprio, como se fosse superior a todo e qualquer indivíduo presente na sociedade apenas por ser ele mesmo.

Já o amor de si, é um sentimento natural do ser humano, que faz com que o mesmo preze pela sua própria conservação, pela sua existência como indivíduo que está vivo e precisa fazer tudo aquilo que for possível para proteger a si mesmo e a aqueles que ama.

Essa autopreservação, quando comandada pela razão e transformada pela piedade humana, cria a humanidade e a virtude, sentimentos esses que fazem com que o indivíduo não pense apenas em si mesmo, mas também em seus semelhantes sempre que precisa agir de alguma forma, fazendo uma mudança primeiramente singular, mas que se multiplica como um vírus sempre que um indivíduo faz o bem para o outro, criando uma verdadeira circunstância em que os sujeitos fazem o bem e se preocupam com os seus iguais.

O detestável da sociedade civilizada abordada por Rousseau é que as coisas ocorrem justamente de forma contrária. O indivíduo, que se ilude com palavras e atos falsos de outro semelhante apenas com a intenção de enganá-lo, ao descobrir suas verdadeiras intenções, se revolta, e passa a agir da mesma forma com outros que reproduzem essas mesmas atitudes posteriormente, criando um grande ciclo de falsidade e traições, que impossibilitam e afastam a boa vontade do coração de qualquer indivíduo.

## CAPÍTULO 3

### Impactos e influências da moralidade nas civilizações contemporâneas

São palavras recorrentes na sociedade contemporânea, frases como: “tal sujeito é imoral”, ou “tal música vai contra os bons costumes”, mas afinal, o que exatamente as pessoas querem falar com isso?

Todos nós sabemos que nossa sociedade evolui constantemente, seja tecnologicamente ou através da quebra de tabus que assolavam a mente e a forma de agir de qualquer indivíduo. Quando falamos acerca da imoralidade, dizemos que um sujeito não possui a vocação para ser um indivíduo moral, que o mesmo não tem capacidade de agir conforme a moralidade.

Contudo, essa crítica muitas vezes é lançada como uma forma de atacar qualquer pessoa que aja de formas contrárias ao conservadorismo de costumes constantemente adotado alguns anos atrás e que persiste até hoje na nossa sociedade, principalmente no Brasil.

Julgar um indivíduo como imoral é uma ofensa grave, afinal, considerar o sujeito incapaz de agir conforme a moralidade é basicamente dizer que o mesmo não possui a racionalidade de ter suas ações pautadas em cima da moral, da dignidade humana.

Infelizmente, mesmo superando muitos tabus que faziam parte da sociedade civil até alguns anos atrás, ainda lidamos constantemente com ofensas que atingem o indivíduo por preconceitos e falas extremamente agressivas e intolerantes.

Por exemplo, até 100 anos atrás era impensável que o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo fosse legalizado e visto como algo comum pelos indivíduos e pela própria sociedade, contudo, o desenvolvimento de uma comunidade civilizada mais tolerante e permissível fez com que esse pensamento se modificasse, possibilitando que as pessoas pudessem ter o direito de se casarem com qualquer ser humano que ame.

Essa evolução é extremamente importante, afinal, mesmo que ainda existem pessoas intolerantes e desrespeitosas esse número tem reduzido cada vez mais, dando espaço a indivíduos que pensem de forma sem preconceitos, e que tenham pensamentos mais permissivos.

Contudo, falar acerca de uma progressão do pensamento humano não é sobre rejeitar completamente as tradições, porém, afastar aquelas noções que apenas servem para cultivar o ódio e impedirem que uma parte que já é oprimida pela sociedade, seja incapaz de ser aceita dentro de uma vida em comunidade.

Uma matéria da câmara dos deputados deu a triste informação, o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo, o que é realmente preocupante, afinal, mesmo com o aparente avanço do pensamento e aceitação das pessoas por indivíduos visto como “diferentes” por elas, a violência e a morte de seres humanos que apenas querem ter o direito de amar ainda existe em larga escala, mesmo em pleno século XXI.

Esse dado é extremamente grave, pois mostra um preconceito presente e enraizado na sociedade brasileira que faz com que certos indivíduos não só discriminem estas pessoas, mas também que cometam diversas formas de violência que devem ser recriminadas por toda a sociedade civil.

Infelizmente, tratar acerca desse assunto é tarefa difícil e muitas vezes levado como “irrelevante”, porém, é de suma importância reforçar a defesa e a importância do respeito a pessoas gays, trans, lésbicas ou qualquer outro tipo de minoria que sofra opressões constantes por uma parte da sociedade.

Ainda extremamente preocupante, temos casos de racismo que só tem crescido e que acontecem principalmente contra brasileiros que vivem e trabalham no exterior. Recentemente, tivemos o caso de Vinícius Júnior, jogador brasileiro da equipe de futebol espanhola do “Real Madrid”, que foi alvo de ofensas racistas por



torcedores de uma equipe adversária ao longo de um jogo que foi transmitido para o mundo todo.

Posteriormente, mesmo com a punição dos envolvidos e com a demonstração de insatisfação por parte do próprio jogador e do governo brasileiro perante o governo espanhol, todos nós sabemos que outro caso como esse acontecerá novamente, por isso, é de suma importância reforçar a luta contra o racismo e um trabalho incansável deve ser feito de forma exaustiva no combate a um problema tão grave e presente na sociedade atual.

Exemplos como esses, do racismo e do preconceito com pessoas LGBTQIA+, mostra que mesmo com o avanço de um pensamento moral e de uma maior aceitação por parte destas pessoas pela sociedade civil, casos de violência e agressão ainda são constantes e precisam ser combatidos, por isso, todos nós como pertencentes a uma sociedade que em tese vem se desenvolvendo, temos como dever disseminar o respeito e a aceitação a essas pessoas que são nossas semelhantes e merecem o direito de viverem em paz.

Por fim, este pequeno capítulo do trabalho teve como objetivo principal discutir a forma com que o julgamento moral dos indivíduos tem se transformado ao longo dos anos, principalmente na era contemporânea, que permitiu que diversas modificações ocorressem em uma rápida passagem de tempo, contudo, ainda sim é necessário lutar por toda e qualquer causa que auxilie minorias e tenha como objetivo principal promover a paz e o bem a todo e qualquer indivíduo que faça parte da nossa sociedade civil.

## Conclusão

Por fim, podemos concluir esta monografia tendo a garantia de que foi feito o possível para abordar e trazer à tona conceitos extremamente importantes em uma circunstância em que discutimos a moralidade e as suas mudanças ao longo do avanço das civilizações.

Em Hobbes, pudemos abordar o estado de natureza e a guerra de todos contra todos que o mesmo considera inevitável, sendo necessário apelar a civilização para conter o indivíduo e seus desejos insaciáveis. Como fator principal dentro da obra hobbesiana, podemos citar a autopreservação que faz com que o indivíduo utilize de tudo aquilo que for possível para manter a sua existência, e posteriormente o conceito do soberano.

Este governante em Hobbes tem poder absoluto e pode fazer tudo aquilo que achar necessário para manter a paz e o estado civilizatório. Qualquer indivíduo que atente contra a civilização está indo contra o princípio primordial de proteger a si mesmo, afinal, retornar ao estado de natureza deve ser um medo de todos os indivíduos pelo seu caráter caótico e violento.

Já em Rousseau, fizemos uma breve passagem pelo conceito de soberania popular, conceito esse que se destaca pela sua importância e relevância até os dias atuais, já que o mesmo fala sobre a importância da participação política por parte dos indivíduos e da relevância da autonomia do indivíduo dentro de diversos modelos de governo.

Também foi abordado o conceito de homem selvagem e do ser civilizado que em Rousseau é extremamente diferente do que em Hobbes. Enquanto Hobbes acredita que o estado de natureza é de conflito eterno de todos contra todos, Rousseau enxerga o mesmo como um estado pacífico, onde os indivíduos utilizam dos seus instintos para permanecerem em isolamento e fugirem de prováveis conflitos.

Posteriormente, Rousseau caracteriza a vida em sociedade como perigosa e ardilosa, onde os indivíduos que após evoluírem racionalmente, passaram a utilizar de sua prudência como forma de se camuflarem na sociedade civil, fazendo tudo aquilo que for possível para alcançar seus objetivos, mesmo que pra isso precise usar seus semelhantes como escada.

O pensador também fala acerca da origem da civilização, quando os indivíduos passaram a se organizar em pequenos grupos que posteriormente viriam a ser grandes cidades, dando origem ao conceito de propriedade que para ele acarretou na questão da desigualdade, do acúmulo de riquezas desnecessário e de tudo aquilo de pior que existe dentro da sociedade civil, como o ódio e o preconceito.

Por esse motivo, os indivíduos que vivem em sociedade são extremamente dissimulados e se aproveitam constantemente de seus semelhantes para alcançarem seus objetivos e desejos mais sujos, afastando completamente a ideia de benevolência e boa vontade de um sujeito para com o outro.

Por fim, em Kant foram abordados os conceitos de civilização e cidadão cosmopolita, onde cada um desses basicamente transforma as nações e os indivíduos em globalizados, criando uma relação de singularidade entre indivíduos e sociedades que em tese eram diferentes em sua origem, porém, após diversos conflitos ocasionados pela influência da natureza, como fio condutor da história, se agruparam e deram origem a verdadeiras civilizações ricas em cultura, artes, música e fundamentadas em um único código civil.

Estas civilizações, tem como característica principal serem uma ponte entre a fase selvagem do homem e a fase moral, onde naturalmente, a partir do desenvolvimento da razão humana, terminarão a alcançar a fase da moralidade, denominada como reino dos fins.

Este reino inteligível, poderá ser alcançado por todo agente moral livre, liberto e autônomo, que com sua racionalidade aprimorada, exercitará sempre sua moralidade buscando executar as melhores ações tendo sempre como objetivo o bem da humanidade e o aperfeiçoamento de si mesmo.

Como última discussão, falamos acerca das modificações que ocorreram na esfera moral nos últimos anos, principalmente abordando a intolerância e o preconceito que existe de forma latente na nossa sociedade atual e deve ser combatido para dar fim a opressão a minorias e pessoas menos favorecidas.

Como objeto de uma discussão futura, podemos trazer à tona a discussão sobre a existência real de um avanço absoluto no progresso moral, fazendo a seguinte pergunta: Será possível em algum momento da história diminuir a quase nada ou exterminar de vez os preconceitos e males causados pelo homem em relação as minorias?

Quais seriam as problemáticas de um projeto tão ambicioso? Como seria possível reformar a moralidade em um ponto de dar fim ao ódio de uma pessoa pela outra por motivos tão banais como cor ou opção sexual? Por quais motivos um homem consegue justificar uma atitude tão doentia em relação a outro semelhante?

Poderemos discutir essa questão em um trabalho futuro.

## Referências Bibliográficas

DOS SANTOS, R. Educação moral e civilização cosmopolita: atualidade da filosofia prática de Kant. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 41, n. 4, p. 1-10, 10 feb. 2007.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: Ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 614 p. v. 1. ISBN 185-336-1930-8.

KANT, Immanuel. **Começo conjectural da história humana**. São Paulo: UNESP, 2010. 132 p. ISBN 978-85-393-0016-7.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. 3. ed. [S. l.]: WMF Martins Fontes, 2010. 184 p. v. 3. ISBN 8578273605.

KANT, Immanuel. **Metafísica dos costumes**. 1. ed. [S. l.]: Vozes, 2013. 320 p. v. 1. ISBN 9788532646514.

LIMA, Jean Michel; CHAVES, Renata de Freitas. O FIO CONDUTOR DA HISTÓRIA UNIVERSAL NA OBRA: "IDEIA DE UMA HISTÓRIA UNIVERSAL DE UM PONTO DE VISTA COSMOPOLITA" DE IMMANUEL KANT. **Kínesis**, São Paulo, v. 6, n. 11, ed. 6, p. 255-267, 11 jul. 2014.

MARQUES, J. O. de A. Hobbes e a medida da desigualdade entre os homens. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, [S. l.], v. 1, n. 14, p. 73-101, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/82985>. Acesso em: 27 mai. 2023.

MIQUEIAS, Ítalo. **Análise da obra "Do Contrato Social de Jean Jacques Rousseau" e seus principais aspectos nas relações sociais**. Jusbrasil. ed. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/analise-da-obra-do-contrato-social-de-jean-jacques-rousseau-e-seus-principais-aspectos-nas-relacoes-sociais/511576155>. Acesso em: 18 maio 2023.

NASCIMENTO, L. F. dos S. Da saída do estado de natureza. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 69-75, 2017. DOI: 10.11606/issn.23189800.v22i3p69-75. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/140088>. Acesso em: 26 mai. 2023.

OLIVEIRA, Carlos Moisés. A civilização como destino: Kant e as formas da reflexão. **Muitos caminhos da razão à civilização**, Natal, v. 26, n. 51, p. 370-384, 30 set. 2019.

PEREIRA, ODAIR MARQUES. **O IMPERATIVO CATEGÓRICO KANTIANO E SUA APLICABILIDADE EM SALA DE AULA**. Orientador: Dr. José Carlos da Silva. 2019. 152 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado Profissional em Filosofia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/644681/2/UFMS-OdairPereiraTurma2017-2019.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PRADO, Fernanda. ROUSSEAU – **DISCURSO SOBRE A ORIGEM DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS**. [S. l.]: CEP PR, 2017. 7 p. Disponível em: [https://www.cep.pr.gov.br/sites/cep/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/2017/paideia/8/ROUSSEAU - A DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS.pdf](https://www.cep.pr.gov.br/sites/cep/arquivos_restritos/files/migrados/File/2017/paideia/8/ROUSSEAU - A DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS.pdf). Acesso em: 28 abr. 2023.

PRETTI, Gleibe; SANTOS, Daniele Jorge. **Jean-Jacques Rousseau: "O homem nasce bom e a sociedade o corrompe"**. [S. l.]: Jus.com.br, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/94938/jean-jacques-rousseau-o-homem-nasce-bom-e-a-sociedade-ocorrompe>. Acesso em: 17 maio 2023.

ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 1999. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 330 p. v. 2. ISBN 85-336-1030-0.]

ROUSSEAU, J.-J. **Do Contrato Social**. [S. l.]: Ridendo Castigat Mores, 2002. 211 p.

SIGNIFICADO de complacências. [S. l.]: Dicionário Online de Português, 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/complacencias/#:~:text=Significado%20de%20complacência,comportamento%20baseado%20nessa%20tendência%3B%20gentileza>. Acesso em: 23 maio 2023.

